

25/05/83

## Brasil, cúmplice do "apartheid"

ABDIAS DO NASCIMENTO

A política externa brasileira, a exemplo de outros assuntos que afetam a vida do nosso País (política econômica, negociações com o FMI) elabora-se sigilosamente, nos laboratórios herméticos e silenciosos dos altos rapazes de punhos-de-renda que mourejam no Palácio Itamarati. O povo não tem acesso àquele templo de decisões, e muito menos tem palavra ou influência em suas deliberações. E enquanto os bons-moços rio-branquenses conduzem uma diplomacia retórica proclamando o suposto anti-racismo do governo brasileiro, cabe à Nação, em cujo nome eles falam, ponderar a veracidade das posições que em nosso nome eles assumem.

Hoje temos um sério motivo de reflexão: é o Dia da Libertação Africana (25 de maio), proclamado em 1972 pela ONU; e estamos no último ano da Década de Luta contra o Racismo, inaugurada pela ONU em dezembro de 1973. Essa luta, a nível internacional, vem focalizando, sobretudo, dois casos: o da Namíbia e o da África do Sul. Por força das armas, este último reduto do colonialismo racista no continente africano continua submetendo ao jugo do seu nefasto regime do apartheid, não só 3/4 do povo da África do Sul, como também a população inteira do país vizinho, Namíbia. Sem dar ouvidos aos repetidos apelos da ONU e da Corte Internacional de Justiça, os racistas sul-africanos se recusam a retirar suas forças militares do território namibiano, em flagrante violação do direito internacional. E conseguem manter essa agressão graças a um único motivo: o apoio que recebem do chamado mundo ocidental. O que realmente sustenta o apartheid, e sua ocupação ilegal da Namíbia, é a recusa dos países europeus e norte-americanos em implemen-

tar as sanções econômicas e militares, tantas vezes aprovadas pela ONU.

Sem embargo, não são apenas aqueles os países que ignoram os apelos da comunidade internacional em favor do povo africano violentado pelo sistema apartheidista. O Brasil também mantém extensas relações diplomáticas, econômicas e aviatórias com o regime racista, fato que suas sonoras palavras nos foros internacionais nunca conseguiram encobrir. Tal situação não configura novidade. Na década dos 60, os porta-vozes da ditadura repetiam monotonamente os chavões do "anticolonialismo" nos encontros com países africanos independentes, enquanto no mesmo instante votávamos na ONU contra a emancipação das chamadas colônias africanas de Portugal. Tomávamos tal postura em decorrência do nosso tratado de amizade e consulta com o salazarismo. Tratado que, na prática, não transformava em lacaios e discípulos da mais brutal e horrorosa guerra de extermínio imaginável, perpetrada, com todas as avançadas técnicas da Otan, contra inocentes civis africanos, pelas forças retrógradas da ditadura de Salazar. Meu companheiro de representação do MPLA no Brasil, Lima Azevedo, estava preso, sendo torturado nos cárceres da ditadura brasileira, enquanto lá fora nossa diplomacia berrava seu "apoio incondicional à luta anticolonialista dos povos africanos". Justificava o Itamarati a impossibilidade de apoio à luta independentista em Angola, Moçambique e Guiné Bissau, invocando o caráter "especialíssimo" dos nossos laços de "amizade, cultura e parentesco com Portugal". Nossos laços de cultura e parentesco com a África nada significaram para os rio-branquenses, até o momento em que quiseram abrir mercados nos países africanos soberanos.

Hoje, a comunidade negra do Brasil está cansada de tanta hipocrisia. Continuam os moços alvacentos da carreira a declarar seu anti-racismo e a "condenar" o apartheid, enquanto abrigamos a representação diplomática dos racistas, com sua revista de luxo, Panorama, fazendo a apologia do seu regime; abrimos espaço à propaganda turística que retrata a África do Sul como um "país de maravilhas"; trocamos milhões de dólares em comércio; enfim, entramos em toda espécie de contradição com as sanções econômicas e outras votadas pela ONU. O apartheid constitui um crime contra a humanidade, segundo decisão da comunidade internacional; somente o nazismo já mereceu no passado tal caracterização.

Nós, negros brasileiros—e boa parte dos descendentes europeus em nosso país, preocupados com os direitos humanos—, condenamos neste Dia da Libertação Africana a cumplicidade do nosso governo com o regime sul-africano. Se a política exterior do Brasil fosse assunto de debate e não um ritual de ocultismo, este País estaria, pelo menos, discutindo neste momento as únicas formas de dar coerência às retóricas anti-racistas da nossa diplomacia: o rompimento de todas as relações com a África do Sul; o reconhecimento do Congresso Pan-Africano e Congresso Nacional Africano da África do Sul, bem como da Swapo da Namíbia, como legítimos representantes dos povos daqueles países; a exigência da imediata libertação de todos os presos políticos do apartheid.

Abdias do Nascimento é deputado federal e vice-presidente nacional do PDT. Economista e antropólogo, é professor catedrático na Universidade do Estado de Nova York (EUA); autor de "O genocídio do negro brasileiro", entre outros livros.